


PODER EXECUTIVO DE AVARÉ

Outros Atos

 MUNICÍPIO DE AVARÉ PREFEITURA MUNICIPAL DE AVARÉ SÃO PAULO 46.634.168/0001-50 DECRETO Nº 0005625/2019 Data 03/10/2019				
DECRETO Nº 0005625/2019, de 03 outubro de 2019 - 0002257/2018.				
Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências				
O (A) PREFEITO MUNICIPAL DE AVARÉ, uso de suas atribuições legais.				
DECRETA: Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de 419.000,00, distribuídos as seguintes dotações:				
SUPLEMENTAÇÕES				
Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000211	060100.2884690032435 319091000000	PRECATORIOS - EC-62/2009 - EDUCACAO SENTENÇAS JUDICIAIS	0122000	20.000,00
0000539	070101.1084690032431 319091000000	OF.REQUISITORIO DE PEQ.VALOR - SAUDE SENTENÇAS JUDICIAIS	0131000	30.000,00
0000611	070114.1030110122544 339030000000	ATENDIMENTO ATENÇÃO BASICA - ESFs MATERIAL DE CONSUMO	0530013	9.000,00
0002319	080201.0824440102313 339030000000	MANUT.DO CRAS - CENTRO DE REF. DE ASSIST.SOCIAL MATERIAL DE CONSUMO	9550003	5.000,00
0001130	090101.2369560042295 339039000000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO TURISMO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0111000	10.000,00
0001142	090101.2369560042411 339039000000	MANUT.DO CAMPING MUNICIPAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0111000	20.000,00
0001154	090201.2369560042296 339039000000	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0111000	150.000,00
0001187	100200.2781230072108 339039000000	FUNIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTES OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0111000	35.000,00
0001846	210300.2884690032430 319091000000	OF.REQUISITORIO DE PEQ.VALOR - GERAL SENTENÇAS JUDICIAIS	0111000	40.000,00
0002084	330401.0412270012234 339030000000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS MATERIAL DE CONSUMO	0111000	30.000,00
0002160	330405.1545150032173 339030000000	CONSERVACAO DE VIAS PUBLICAS MATERIAL DE CONSUMO	0111000	40.000,00
0002182	330405.1545250022170 339039000000	MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0111000	30.000,00
TOTAL:				419.000,00
Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:				
Suplementação: R\$ 419.000,00 (quatrocentos e dezenove mil reais)				
ANULAÇÕES				
Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000505	070101.1012290020011 469071000000	SERVICO DA DIVIDA INTERNA - SAUDE PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	0131000	90.000,00
0000612	070114.1030110122544 339039000000	ATENDIMENTO ATENÇÃO BASICA - ESFs OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0530013	9.000,00
0002320	080201.0824440102313 339036000000	MANUT.DO CRAS - CENTRO DE REF. DE ASSIST.SOCIAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9550003	5.000,00
0001170	100100.2712230082114 339036000000	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0111000	15.000,00
0001193	100200.2781230072109 339036000000	PROMOCAO DE EVENTOS ESPORTIVOS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0111000	15.000,00
0001204	100200.2781230072111 339036000000	INCENTIVO A PRATICA ESPORTIVA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0111000	5.000,00
0001975	320100.1612270012600 449052000000	MANUT. SERV. ADMINIST. SEC. HABITAÇÃO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0111000	90.000,00
0002101	330402.0412270012235 449052000000	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0111000	30.000,00
0002144	330405.1545150022573 449052000000	NOSSO BAIRRO LIMPO- BALNEÁRIO COSTA AZUL EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0111000	20.000,00



MUNICIPIO DE AVARE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AVARÉ
SAO PAULO
46.634.168/0001-50
DECRETO Nº 0005625/2019
Data 03/10/2019

0002152	330405.1545150022574 339039000000	COLETA DE RAMADA E MATERIAIS INSERVÍVEIS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0111000	30.000,00
0002196	330405.1545250022171 449052000000	CONSERVACAO DE PRACAS, PARQUES E JARDINS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0111000	50.000,00
0002229	330500.0412270012320 449052000000	MANUTENCAO DO PARQUE DE EXPOSICOES EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0111000	30.000,00
0002242	350101.1512270012598 449052000000	MANUT. DOS SERV. ADMINIST. SEC. DE PLANEJ. TRANSP. E SIST.VIARIO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0111000	20.000,00
0002245	350201.1512580012521 449052000000	CONTROLE E MONITORAMENTO DE TRÁFEGO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0111000	10.000,00
TOTAL:				419.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data da publicação.

ELISANGELA MACIEL ROCHA
CONTADORA

ITAMAR DE ARAUJO
SECRETARIO MUNICIPAL DA FAZENDA

JOSELYR BENEDITO COSTA SILVESTRE
PREFEITO MUNICIPAL

Licitações e Contratos

Revogação / Anulação

COMUNICADO

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL

A Santa Casa de Misericórdia de Avaré/SP, COMUNICA que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 001/2019, do tipo Menor Preço, objetivando a aquisição de “Sistema de digitalização direta de radiologia fixa - Aparelho de raios-X fixo digital (DR) para realização de radiografias”, que seria realizada em 01/10/2019, às 09h00min foi REVOGADA por motivo de interesse público.

Marcio de Souza Campos

Pregoeiro

Conselhos Municipais

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA

Corregedoria do Conselho Tutelar

Resultado do Processo de Sindicância Nº 002/2019 dos Conselheiros Tutelares: G. C. P. H. e G. S.

Considerando os termos do depoimento prestados pelas testemunhas e demais elementos constantes da presente Sindicância, esta Comissão resolve arquivar a presente sindicância.

Cristiane Soares Hipólito

Presidente da Corregedoria

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA

ATA DAREUNIÃO ORDINÁRIA Nº 05-19

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE AVARÉ (COMDEMA)

REUNIÃO realizada em 05/06/2019, às 18:30, na SEDE INTERINA, cedida graciosamente pela Associação Regional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Avaré (AREA), à Rua dos Engenheiros, Nº 26, PRESIDIDA POR Silmara Rodrigues,

TIPO DE REUNIÃO Ordinária, SECRETÁRIO Ricardo Sgarbi Augusto, PARTICIPANTES Silmara Rodrigues, Ricardo Sgarbi Augusto, José Aparecido de Barros, Marcos Donizete Baldini, José Geraldo Dias Barreto, Airton José Ferreira, Angela Golin, Marina Pires Dornelles, Suzy Keller Nunes de Oliveira, Maria Cristina Marques, Vilma Zanluchi, Luis Gustavo Gomes, Maria Isabel Antunes. Comunicação da Presidente: A Reunião foi iniciada as 18 horas e 30 minutos em virtude da obtenção do quórum. A Presidente inicia a reunião agradecendo a presença de todos e deseja o bom andamento da plenária. Em ato contínuo o secretário realiza a leitura do edital expedido a todos os membros do Conselho por meio do correio eletrônico (e-mail) no endereço <comdemaavare@gmail.com>; comdemaavare@googlegroups.com> em 30/05/2019, o objetivo da presente reunião é tratar da seguinte ordem do dia (Pauta): 1) Abertura 1.1) Comunicação do Presidente, já realizada pela presidente; 1.2) Aprovação da Atas das Reuniões Ordinárias nº. 03/2019 do dia 17/04/2019 e n.º 04/2019 de 15/05/2019. 2) Ordem do dia (Pauta) 2.2) Distribuição de novos processos, discussão, análise e deliberação do parecer do processo CMPD 312/2018; 2.3) Informes da Secretaria Executiva; 2.3.1) Correspondências Recebidas; 2.3.2) Correspondências Enviadas; 2.4) Palavra livre. Aprovação da Ata da Reunião Anterior : Discussão das Atas das Reuniões Ordinárias nº. 03/2019 do dia 17/04/2019 e n.º 04/2019 de 15/05/2019, em não havendo retificações as atas foram aprovadas. Correspondências Enviadas: não houveram no período Correspondências Recebidas: Protocolo: 195/2019 - Ofício n.º 0680/2019 ARESB - Associação dos Resinadores do Brasil - indicando representantes da Entidade para a reorganização do Conselho; Protocolo: 196/2019 - Ofício n.º 009/2019 COMTUR - Conselho Municipal de Turismo - solicitando indicação do Comdema de representante Titular e Suplente para compor o COMTUR; Protocolo: 197/2019 Ofício n.º 155/2019 - Secretaria da Educação e Meio Ambiente, convidando os membros para participar da Caminhada Ecológica comemorativa ao dia mundial do meio ambiente, a se realizar no dia 05/06 às 8hr na Concha; Protocolo : 198/2019 ofício SMMA n.º 156/2019 - Secretaria de Meio Ambiente indicando representante Titular Suzy Keller Nunes de Oliveira e Suplente Judésio Borges para a reorganização do COMDEMA. Protocolos 199/2019 e 200/2019 - cancelados por erro de lançamento. Processos: Processo CMPD n.º 312/2018, encaminhado

pelo Plano Diretor através do ofício 10/2019 (protocolo 192/2019) que versa sobre pedido de classificação de zoneamento para fins de parcelamento de área desmembrada da Chácara Água Branca, de propriedade de HGN Sumaré Empreendimentos Imobiliários Ltda, com área de 12,5592há, matrícula CRI Avaré n.º 68.682, o relator Marcos Baldini realiza a leitura do relatório, o Conselho deliberou discussão sobre o mesmo e Indeferiu a solicitação por falta de estudo técnico hidro geológico conclusivo, bem como a viabilidade do local para um possível loteamento residencial. Palavra Livre: Companheira Suzy comentou sobre a caminhada em comemoração ao dia do meio ambiente que foi um sucesso com a participação de muitas crianças, firmando a parceria da Secretaria do meio Ambiente com a Secretaria da Educação. Companheira Silmara comentou o projeto do Rotary Clube Avaré Jurumirim “Água boa da fonte a torneira” sendo uma das fases do projeto a entrega de cartilhas aos professores que agiriam como multiplicadores do tema. Conselheira Marina Pires fez um relatório do “Município Verde Azul” – atendidas 496 crianças na sala verde com palestras “quem ama cuida”, sustentabilidade, trilha guiada Ribeirão Lajeado, visita a nascente modelo com plantio, e curso de capacitação aos funcionários. Conselheira Maria Isabel e Suzy mencionaram uma parceria com a faculdade Eduvale para um plano de arborização municipal bem como mais um funcionário para a fiscalização. Proposta para divulgação dos trabalhos do Comdema com camisetas e panfletos. Conselheira Vilma comentou que a “Estaçãozinha” passou para a tutela da prefeitura em definitivo. Nada mais foi acrescentado e a reunião foi encerrada às 20h15.

Ricardo Sgarbi Augusto

Secretário Executivo

Silmara Rodrigues

Presidente do COMDEMA

Outors Atos

Ata nº146/2019

Aos 12 dias do mês de Setembro do ano de 2019, às 09 h 11 minutos, inicia-se a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Estavam presentes os conselheiros Josana Souza Carlos, Maria José da Cunha, Andréia P. L. de Jesus, Paulo Henrique S. Oliveira, João Baptista Vicente Neto, Sandra Maria Glória da Silva, Paula Fazon, Luzia Lucinei de O. Philadelpho, Hilton Charles M. Pedro, Angela M. Baptista Epifanio, Ana Carolina de Almeida, Joyce Ferreira da Silva e Maria Ferreira da Silva. Faltas injustificadas: Representantes da Deficiência Auditiva, Yasmin Correa Anunciato e Guilherme Barreto. A reunião foi aberta pelo Sr. João Baptista Vicente Neto, Vice-Presidente, que iniciou a leitura da ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. A seguir deu-se início a discussão a respeito da prorrogação e/ou licitação de Transporte Público Municipal. Foi deliberado a criação de uma comissão para dar andamento e deliberação de ações voltadas a resolver a questão, sendo a exigência da frota adaptada a pessoas com deficiência, solicitar o sistema ATENDE, capacitação dos funcionários para atender corretamente as pessoas com deficiência. Agendar reunião com o Secretário de Transportes, sr. Alexandre Nigro. Foi sugerido a criação de um abaixo assinado eletrônico a fim desta causa ganhar força. Comissão: João Baptista Vicente Neto, Joyce Ferreira da Silva, Angela M. Baptista Epifanio e Sra. Ana Carolina de Almeida. A sra. Josana informou que em reunião com a Assessoria Jurídica do gabinete do Exmo. Sr. Prefeito juntamente a ele, o mesmo garantiu que a próxima licitação/prorrogação deverá atender ao solicitado em relação a acessibilidade no transporte público. A seguir foi discutido sobre o laudo emitido pela Comissão Permanente de Acessibilidade no Supermercado Pinheirão. Foi deliberado encaminhar o Laudo para o Supermercado tomar as providências em relação as irregularidades apontadas. Foi deliberado ainda que se encaminhe um ofício de parabenação ao Supermercado Jáú Serve pela acessibilidade no local. A Sra. Carolina se dispôs a entrar em contato com o Sincomerciários a fim de realizar projeto para capacitação dos comerciários em atendimento a pessoa com deficiência. A Sra. Josana informou que a SMDPD já tentou por diversas vezes contato com a ACIA oferecendo

capacitação para os comerciários, porém o Sr. Cássio Jamil por meio da Sra. Judite informou que não seria possível agendar a reunião e/ou realizar o solicitado, sendo então a ideia de entrar em contato com o Sincomerciários muito boa. A seguir foi discutido sobre o ofício encaminhado pela APAE solicitando inscrição junto ao conselho. Foi deliberado que atualmente o CMDPD não tem condições técnicas para avaliar toda a documentação, porém a conselheira Andreia ficou responsável por verificar em outros conselhos como proceder. E a conselheira Luzia, representante da APAE, ficou responsável por apresentar qual é a finalidade desta solicitação. Sobre a motivação dos ofícios nº175, 176, 177, 178 e 179, foi decidido que devem ser discutidos na próxima reunião ordinária. A seguir a Sra. Josana informou que a alteração de Lei do conselho foi encaminhada para o gabinete e que na próxima reunião acredita que já terá respostas. A seguir a Sra. Josana reforçou convite a todos para participarem do Desfile na qual a Sra. Joyce e o Sr. João Neto já confirmaram presença. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10h46 e a ata foi lavrada por mim, João Baptista Vicente Neto, na qualidade de Vice-Presidente que será assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

EDITAL Nº 01/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (PMI) Nº 01/2019

Chamada Pública para a realização de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Jurídica visando a apresentação de estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, bem como projetos que contenham nível de detalhamento suficiente para a composição do edital de contratação de parceria público-privada ou outro modelo de concessão que seja economicamente viável para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública no Município Estância Turística de Avaré.

Estância Turística de Avaré, 03 de outubro de 2019.

1. PREÂMBULO

1.1. O Município Estância Turística de Avaré

torna público este Edital de chamamento público para Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), regido de acordo com o disposto na legislação abaixo indicada e suas alterações.

2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

2.1. Lei Federal no 11.079, de 30 de dezembro de 2004;

2.2. Lei Federal no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

2.3. Lei Federal no 9.074, de 07 de julho de 1995;

2.4. Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015;

2.5. Lei Municipal nº 1.299, de 18 de dezembro de 2009.

2.6. Decreto Municipal nº 5.425, de 26 de Março de 2019

3. CONTEXTO

3.1. A Prefeitura do Município Estância Turística de Avaré, com a finalidade de promover a prestação dos serviços públicos de forma mais eficiente, sustentável e econômica possível, promove este chamamento à iniciativa privada, através de procedimento de manifestação de interesse (PMI), com a finalidade de buscar respostas da iniciativa privada para a equação dos recursos necessários aos investimentos, projetos e a eficiente manutenção e operação de Iluminação Pública.

3.2. Os Estudos apresentados serão posteriormente analisados pela Secretaria Municipal de Planejamento e Transporte da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Avaré, com a aprovação de um modelo que atenda as necessidades municipais, dentro das premissas aqui descritas.

4. OBJETO

4.1. Este PMI convida os interessados para contribuir com estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica, contendo os suficientes levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos e pareceres, denominados simplesmente Estudos, com o objetivo de subsidiar a modelagem de contratação para os investimentos em infraestruturas e a prestação de serviços de iluminação pública no Município, com a consequente valorização do espaço urbano municipal.

4.2. O propósito (objeto deste edital) é colher propostas de soluções de engenharia, luminotécnica e de tecnologia da informação, aplicadas em projetos específicos para o

aumento da eficiência da iluminação pública, através da:

(i) reconstrução total ou parcial de sua infraestrutura, com investimento do parceiro privado, podendo haver aportes do Poder Público;

(ii) execução, atualização e manutenção do seu cadastro técnico;

(iii) expansão da infraestrutura da rede;

(iv) operação e manutenção de seus ativos, envolvendo todos os possíveis serviços agregados, incluindo, sem limitação:

(a) Centro de Controle Operacional (CCO);

(b) monitoramento e controle bidirecional dos ativos;

(c) atendimento à população;

(d) consultoria especializada e elaboração de projetos executivos;

(e) manutenção rotineira e periódica dos ativos;

(f) remodelação;

(g) efficientização.

4.3. O presente PMI será composto das seguintes fases:

(i) aferição das condições de participação;

(ii) autorização para a apresentação de projetos, estudos, levantamentos ou investigações, pesquisas, soluções tecnológicas, dados, informações técnicas ou pareceres;

(iii) avaliação, seleção e aprovação.

4.4. O foco do novo modelo de prestação de serviços de Iluminação Pública no Município Estância Turística de Avaré deve ser a qualidade do serviço prestado aos munícipes. Nesse sentido, busca-se a construção de mecanismos que possibilitem a aferição de determinadas variáveis que consigam qualificar e quantificar o desempenho do concessionário. Assim, o município pretende adotar, sempre que possível, as métricas de gestão por serviços para a operacionalização deste projeto. Deverão ser estudados e propostos índices adequados de nível de serviço, disponibilidade e outros fatores que possam delinear adequadamente essa prestação.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste PMI quaisquer pessoas,

físicas ou jurídicas, individualmente ou em grupo, neste último caso, sem necessidade de vínculo formal entre os participantes.

5.2. A participação neste Procedimento, bem como o fornecimento dos estudos, levantamentos, dados, investigações, informações técnicas, projetos ou pareceres pelos interessados, não impedirá a sua participação em eventual futura licitação promovida pelo Município com este objeto, em aplicação ao disposto no artigo 21 da Lei Federal no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e artigo 31 da Lei Federal no 9.074, de 07 de julho de 1995.

5.3. O(s) interessado(s) que for(em) autorizado(s) não gozará(ão) de qualquer espécie de favorecimento, vantagem ou privilégio em procedimentos licitatórios relativos à realização do projeto pela apresentação dos Estudos que eventualmente sejam utilizados para a sua consolidação.

5.4. Os interessados em participar deste PMI, individualmente ou em grupo, deverão requerer a autorização para a elaboração dos Estudos por meio do encaminhamento de solicitação formal à Secretaria Municipal de Planejamento e Transporte, localizada à Rua Rio Grande do Sul, nº 1810 (Centro Administrativo), horário de expediente das 8h até às 17h de segunda à sexta-feira, em até 15 (dias) dias à partir da publicação deste edital, na forma do modelo constante do Anexo deste Edital, que deverá conter, obrigatoriamente:

(i) qualificação completa, que permita a identificação da pessoa física ou jurídica de direito privado e a sua localização para eventual envio de notificações, informações, erratas e respostas a pedidos de esclarecimentos, com:

a) nome completo;

b) inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

c) cargo, profissão ou ramo de atividade;

d) endereço físico e eletrônico;

e) contato telefônicos e, fax, se houver;

(ii) indicação do representante legal do proponente;

(iii) no caso do proponente ser um consórcio, será necessária a indicação do líder responsável, com amplos poderes para sua representação, o qual

deverá responsabilizar-se por todas as comunicações e informações relativas ao procedimento em questão, bem como deverão ser apresentados por todos os consorciados os documentos relacionados ao inciso (i) do presente item;

(iv) demonstração de experiência do interessado na realização de projetos, estudos, levantamentos e investigações similares ao objeto da PMI, que poderá consistir em atestados de prestação de serviços fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado ou na juntada de documentos que comprovem as qualificações técnicas de profissionais vinculados ao interessado, sendo que fica facultado aos interessados que atuarem em consórcio a apresentação de trabalhos em conjunto;

f) detalhamento das atividades que pretende realizar, considerado o escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos definidos na solicitação, inclusive com a apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para a entrega dos trabalhos;

5.4. A Manifestação de Interesse Privado (MIP) deve acompanhar a solicitação que consta do Anexo I e será dirigida à Secretaria Municipal de Planejamento e Transporte, devendo conter obrigatoriamente:

(i) linhas básicas do projeto, com a descrição do objeto, sua relevância e os benefícios econômicos e sociais dele advindos;

(ii) a estimativa dos investimentos necessários e do prazo de implantação do projeto;

(iii) as características gerais do modelo de negócio, incluindo a PPP considerada mais apropriada, de acordo com a previsão das receitas esperadas e dos custos operacionais envolvidos;

(iv) a projeção, em valores absolutos ou em proporção, da contraprestação pecuniária demandada do Parceiro Público;

(v) previsão de dispêndio com Estudos: o Proponente deverá especificar o valor do ressarcimento pretendido, nos termos do art. 21 da Lei Federal n. 8.987/1995, que deve ser idêntico ao valor estipulado no item 9 deste edital, caso os trabalhos sejam aproveitados pela Administração;

(vi) declaração de transferência à administração pública dos direitos associados aos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados.

5.5. O pedido de autorização deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Planejamento e Transporte em até 15 (quinze) dias da publicação do Aviso de PMI, veiculado no Diário Oficial do Município.

5.6. Os Estudos produzidos sem a devida autorização não serão aceitos ou considerados pelo Município.

5.7. O pedido de autorização será avaliado, tendo como critério mínimo a demonstração de o interessado, diretamente, deter habilitação técnica e jurídica para executar os produtos solicitados em atenção das limitações impostas pela natureza das atividades profissionais exigidas, comprovada pelo atestado exigido no item 5.4, (iv).

5.8. Serão negados os REQUERIMENTOS DE AUTORIZAÇÃO em dissonância com as diretrizes deste edital.

5.8.1. A verificação de incongruência no valor do ressarcimento pretendido pelo Requerente importará igualmente a negativa do requerimento de autorização.

5.9. A autorização para a realização dos Estudos será pessoal e intransferível, bem como observará o seguinte:

(i) não será conferida em caráter de exclusividade, de modo que não impede que quaisquer outros interessados apresentem propostas de estudos técnicos de viabilidade e de realização de atividades de apoio especializado para mesmo empreendimento;

(ii) o estudo dela decorrente não vincula sua adoção, total ou parcialmente, na elaboração de editais, contratos e demais documentos referentes a Empreendimentos de parcerias público privadas, concessões de serviços e/ou obras públicas ou permissões de serviços públicos;

(iii) não cria, por si só, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração dos Estudos, bem como, não gera para o Poder Executivo Municipal a obrigação de ressarcir os custos dela decorrentes ou de contratar o objeto do Empreendimento;

(iv) não gera direito de preferência para outorga da concessão;

(v) não obriga o Poder Executivo Municipal a realizar o processo licitatório para a contratação do Empreendimento objeto do Estudo;

(vi) não significa a abertura de procedimento de pré-qualificação para qualquer licitação promovida pelo Poder

Executivo Municipal.

5.10. Da decisão de desclassificação caberá recurso administrativo a ser direcionado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que deverá julgá-lo no prazo de 3 (três) dias a contar da data de interposição.

a) O prazo para interposição do recurso é de 5 (cinco) dias a contar da intimação da decisão de desclassificação que dar-se-á mediante ciência nos autos do processo administrativo ou publicação no diário oficial.

5.11. Uma vez concedida a autorização, o Empreendedor deverá apresentar os estudos pertinentes no prazo de 60 (sessenta) dias.

6. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES PELO INTERESSADO

6.1. Os Estudos a serem apresentados pelos autorizados deverão contemplar, no mínimo, o conteúdo abaixo descrito:

6.2. Parâmetros para a Prestação do Serviço de Iluminação Pública.

6.2.1. Os Estudos deverão adotar como premissa a assunção pelo concessionário da gestão de toda a infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do Município desde o início do prazo da concessão, podendo haver a previsão de prazo de migração da prestação dos serviços para a gestão do concessionário.

6.2.2. Como produto a ser entregue nesta prestação de serviços, a luz deverá ser medida e monitorada.

6.2.3. Sem prejuízo, alguns critérios derivados como consumo, disponibilidade, registros de incidentes e problemas, tempo de reparo e informações acerca dos eventos relacionados à prestação do serviço de iluminação pública deverão ser abordados pelos Estudos.

6.2.4. A luz deverá ser medida conforme sua iluminância, na unidade de medida correspondente (Lux). Outros critérios de medição poderão ser propostos, entre eles, os níveis de sombra e zebramento, diferenças entre iluminação na via de tráfego e nas calçadas, correções para luminárias obstruídas por árvores e outros obstáculos, entre outros.

6.2.5. Quanto às tecnologias referentes à iluminação, poderão ser propostas todas as existentes no mercado, exceto aquelas de tecnologia incandescente e de vapor de mercúrio, por estarem em desacordo com a legislação

ambiental hodierna. Os Estudos deverão conter análise das alternativas tecnológicas disponíveis, apresentando justificativa para a solução técnica adotada.

6.2.6. Não existe preferência por tecnologia, pois os critérios determinantes serão aqueles relacionados com o nível de serviço a ser entregue, entre eles o consumo de energia e eficiência do sistema de iluminação proposto.

6.3. Gestão da Rede de Iluminação Pública

6.3.1. Quanto ao gerenciamento da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública, os Estudos deverão apresentar soluções que possibilitem, considerando que o principal objetivo é ter a solução mais completa possível com o custo mais exequível:

(i) atuar de forma individual em cada ponto de iluminação;

(ii) monitorar o estado (ligado ou desligado) em tempo real;

(iii) promover a alteração do estado (ligando ou desligando);

(iv) mensurar e armazenar informações sobre o consumo real de energia e a iluminância entregue;

(v) atuar de forma programada, individualmente ou em conjunto, nos componentes da infraestrutura;

(vi) registrar alterações de comportamento dos componentes, centralizando-as em tempo real em um Centro de Controle Operacional (CCO);

(vii) possibilitar o acionamento automático de equipes de campo, para correção de incidentes e problemas, atualizando o CCO sobre o status do atendimento;

(viii) registrar o momento exato do retorno ao funcionamento, controlando todos os índices de atendimento e eficiência do serviço;

(ix) implantar, corrigir e atualizar automaticamente o cadastro técnico, a cada evento ou intervenção necessária, com o uso de equipamentos com georreferenciamento;

(x) prover sistema inteligente de controle e tomada de decisões, com base nos dados dos eventos de serviço e com capacidade para geração de relatórios dinâmicos, temáticos e georreferenciados.

6.3.2. O desafio maior de operação da Rede de Iluminação Pública do Município é obter o controle sobre seu funcionamento através de sua medição em

tempo real, bem como criar condições de intervir em sua operação de forma remota, ambos a partir de um CCO.

6.3.3. Este CCO deverá concentrar também a central de atendimento telefônico gratuito a população, e, também, os sistemas e demais aparatos necessários para a medição e o controle de todo funcionamento da Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública. Deverá operar sob a metodologia de gerenciamento de serviços, guiados pelas melhores práticas e metodologias de mercado.

6.3.4. A Solução de Gestão e Operação será composta de hardwares, softwares, firmwares e demais componentes necessários à sua perfeita operação e será constituída por componentes de uso externo (restritos ao perímetro do Município) e internos, situados na Secretaria Municipal de Planejamento e Transporte.

6.3.5. Deverá ser prevista a instalação de um CCO e de um serviço de atendimento à população, em local a ser designado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Transporte, que possibilitem a fiscalização das ações do concessionário, inclusive permitindo acesso do poder público aos dados primários e informações operacionais da Rede de Iluminação Pública remotamente e em tempo real.

6.3.6. No projeto a ser elaborado, deverão estar descritas também as potencialidades da rede proposta, bem como suas interfaces de integração a outras soluções e também os protocolos de comunicação e integração a serem adotados. As potencialidades da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública deverão ser estudadas e propostas seguindo as melhores práticas de mercado, alinhando o Município aos princípios de sustentabilidade e estruturação de cidades inteligentes, sendo sempre a exequibilidade técnica e econômica de extrema importância.

6.4. Atribuições Relativas à Operação e Controle da Rede de Iluminação Pública.

6.4.1. As frentes de serviço poderão ser oferecidas de forma distinta, em grupos denominados Gestão e Operação.

6.4.2. Deverão ser demonstrados os detalhes técnicos de cada etapa das soluções propostas, sua composição, compatibilidades, interoperabilidades, integrabilidade, escalabilidade, e demais critérios aplicáveis e desejáveis à análise técnica.

6.4.3. As soluções propostas devem ser aderentes às tendências de mercado e estar baseadas em tecnologias não proprietárias ou com condições garantidas de interoperabilidade.

6.5. Objetivos

6.5.1. Os Estudos deverão ser orientados pelos seguintes objetivos:

(i) promover a melhoria do índice ou grau de iluminação implantado (aumentar a eficiência da Rede de Iluminação Pública) para níveis adequados ao tipo de via, conforme as normas vigentes;

(ii) promover a uniformidade da iluminação nas vias e nas calçadas;

(iii) promover a redução do consumo de energia elétrica, com o uso de tecnologias mais eficientes (eficientização);

(iv) propor soluções de mitigação em relação à poluição visual na Iluminação Pública;

(v) criar/installar um Centro de Controle Operacional – CCO eficiente;

(vi) viabilizar a aplicação de ferramentas de Tecnologia da Informação no controle efetivo e em tempo real do comportamento da Rede de Iluminação Pública;

(vii) controlar/medir a eficiência da prestação do serviço pela luminosidade entregue;

(viii) promover a melhoria do nível de serviço de Iluminação Pública, especialmente na correção de incidentes e problemas correlatos;

(ix) permitir a detecção de incidentes na Rede de Iluminação Pública em tempo real;

(x) promover a redução dos incidentes e problemas na Rede de Iluminação Pública;

(xi) possibilitar ação imediata do concessionário, independente de chamamento do cidadão;

(xii) oferecer resposta ativa ao cidadão, em prazo mínimo estipulado, quando este fizer contato;

(xiii) ampliar a disponibilidade e a capacidade da Rede de Iluminação Pública;

(xiv) garantir a implantação e atualização constante, a integridade e a confiabilidade dos dados de cadastro técnico/inventário da Rede de Iluminação Pública;

(xv) estruturar modelo de negócio e solução tecnológica que possibilitem a fiscalização das ações do concessionário, sempre que necessário para garantia do fiel cumprimento do contrato de concessão, inclusive permitindo acesso do poder público aos dados primários e informações operacionais da Rede de Iluminação Pública remotamente e em tempo real;

(xvi) promover o controle eletrônico e a automação como meios para garantir a transparência da informação e da gestão, bem como evitar interferência e manipulação de dados Rede de Iluminação Pública;

(xvii) promover iniciativas de uso compartilhado da estrutura da Rede de Iluminação Pública, alinhando o Município às iniciativas de sustentabilidade e de cidades inteligentes;

(xviii) adequar os custos iniciais decorrentes do projeto aos valores recebidos pelo Município com a arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública (CIP), com tendência de redução ao longo do tempo do contrato de concessão.

6.6. Aspectos técnicos

6.6.1. Infraestrutura atual:

Compõem a infraestrutura da rede de Iluminação Pública do Município, e deverão ser contemplados nos Estudos, todos os logradouros públicos, incluindo, sem limitação:

- (i) vias públicas em geral;
- (ii) largos, praças, parques, jardins e semelhantes;
- (iii) equipamentos públicos inseridos em parques e praças e centros esportivos;
- (iv) faixas de pedestres;
- (v) pontos de ônibus;
- (vi) iluminação de destaque em monumentos históricos e públicos, dentre outros.

6.6.2. O detalhamento do inventário da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública será fornecido aos proponentes autorizados, para uso exclusivo na elaboração dos Estudos.

6.7. Modelagem jurídica do projeto

6.7.1. A modalidade de PPP inicialmente considerada para o projeto é a Concessão Administrativa (art. 2º, § 2º, da Lei Federal 11.079, de 30 de dezembro de

2004). O contrato de concessão será celebrado entre o concessionário e o Poder Concedente, por um período a ser definido com base nos Estudos apresentados.

6.7.2. Caso os interessados entendam ser mais vantajosa a adoção de outro formato jurídico para o projeto, ou seja, outra modalidade de contratação que não a Concessão Administrativa acima indicada, a proposta do novo formato jurídico deve vir claramente detalhada e justificada nos Estudos a serem entregues.

7. ESTUDOS E PROJETOS TÉCNICOS A SEREM APRESENTADOS

7.1. Os Estudos deverão apresentar a lista de profissionais envolvidos na sua elaboração, com indicação da empresa de origem, área de especialidade e cargo. Caso seja necessário, a Secretaria Municipal de Planejamento e Transporte poderá solicitar esclarecimentos acerca das propostas apresentadas, sendo permitida a correção de vícios formais, vedada, nessa ocasião, qualquer mudança que caracterize inovação da proposta original apresentada.

7.2. Os Estudos deverão ser resumidos em um sumário executivo que, de forma ampla, contenha as ideias gerais dos itens abaixo citados.

7.3. Projeto de Engenharia

7.3.1. Em relação aos projetos de engenharia que eventualmente sejam aplicados ao projeto, estes deverão seguir as recomendações das Normas Brasileiras aplicáveis a cada área de projeto, bem como estarem adequadas à legislação vigente.

7.3.2. Para efeito deste Estudo, serão consideradas como atendidas todas as determinações legais e normas técnicas, e caso não estejam, será de responsabilidade da proponente sua adequação.

7.3.3. O projeto de engenharia pode ser compreendido como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da concessão, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilitem a avaliação do custo da obra e a definição do prazo de execução, devendo em seu conjunto, esclarecer os seguintes pontos:

(i) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global do projeto e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;

(ii) soluções técnicas globais e localizadas, em detalhamento suficiente para não comprometer a capacidade do concessionário em inovações e melhoramentos durante a elaboração do projeto executivo;

(iii) elementos para montagem do plano de licitação e a programação das intervenções necessárias ao longo de todo o prazo da concessão, de modo a subsidiar a elaboração dos anexos técnicos ao edital de licitação;

(iv) orçamento dos investimentos necessários à implantação do projeto, com os itens de custo desagregados em elementos de maior representatividade sobre o valor do investimento, a ser resumido em cronograma físico-financeiro pelo prazo da concessão.

7.3.4. Nos elementos de projeto deverão ser apresentadas as premissas norteadoras que deverão ser adotadas na elaboração dos projetos executivos pelo futuro concessionário vencedor do processo de licitação.

7.3.5. Na elaboração do projeto de engenharia, deverá ser obrigatoriamente considerada a integração de soluções de acessibilidade e ambientais e, preferencialmente, soluções que incluam fontes alternativas de energia, logística reversa dos equipamentos a serem substituídos e descartados e destinação adequada de resíduos.

7.3.6. Como produtos dos estudos de engenharia, deverão ser apresentados:

- (i) anteprojetos e plantas esquemáticas;
- (ii) descrição técnica das soluções de engenharia e tecnologia adotadas na proposta apresentada;
- (iii) plano de implantação, dimensionamento e caracterização dos empreendimentos previstos;
- (iv) estimativa dos investimentos e despesas de implantação exigidas, discriminados em seus principais itens (materiais, equipamentos, obras civis, despesas ambientais, aprovações e licenciamentos, dentre outros); e
- (v) cronograma físico-financeiro.

7.4. Modelagem Operacional

7.4.1. A prestação de serviço deve ser adequada ao pleno atendimento dos usuários, considerando que “serviço adequado” é aquele que satisfaz as condições

de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, cortesia na sua prestação e modicidade de preços.

7.4.2. A atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação. Deverá ser apresentado plano para a manutenção da atualidade dos equipamentos.

7.4.3. A modelagem operacional deverá apresentar a forma e o dimensionamento da administração do projeto, como serão prestados os serviços e como isto beneficiará a população.

7.4.4. Deverão ser apresentados o plano de operação e manutenção dos ativos e a política de gestão de pessoal, com o detalhamento de custos e despesas. A estrutura física e de pessoal necessária para a adequada administração dos serviços precisará ser descrita e justificada, incluindo os recursos para os sistemas de informação.

7.4.5. Como resultado da modelagem operacional, deverão ser detalhados, para todo o período da concessão:

- (i) custos operacionais;
- (ii) custos administrativos;
- (iii) custos de manutenção;
- (iv) outras despesas.

7.5. Viabilidade do Projeto

7.5.1. Análise e Projeção de Receita - Os Estudos deverão contemplar:

(i) modelo de remuneração do futuro concessionário, incluindo cenários com a possibilidade de aporte de recursos na fase de investimentos, nos termos do artigo 6º da Lei Federal nº 11.079/2004, alterado pela Lei Federal nº 12.766/2012;

(ii) metodologia de cálculo da contraprestação pública, incluindo fórmulas, índices e mecanismos para reajuste da contraprestação, considerando o cálculo do percentual da contraprestação vinculado aos indicadores de desempenho, bem como a eventual remuneração pelos investimentos em expansão da rede;

(iii) descrição e dimensionamento das fontes de receitas acessórias, alternativas ou complementares, caso haja, capazes de reduzir o montante de contraprestação necessária para a viabilidade do projeto; e

(iv) proposta de indicadores de desempenho, incluindo metas, padrões de qualidade, forma de aferição e periodicidade para revisão destes indicadores.

7.5.2. A contraprestação pública será composta por 2 (duas) parcelas, sendo uma fixa - referente ao investimento - e outra variável - relativa aos serviços prestados. Frise-se que, com o advento da Lei Federal nº 12.766/2012, é possível a previsão de aportes nos modelos de PPP, sendo que esse cenário também deverá ser analisado nos Estudos.

7.5.3. Os Estudos deverão ainda explicitar as premissas adotadas para a projeção das receitas ao longo do prazo da concessão.

7.6. Análise de viabilidade econômico-financeira

7.6.1. Os Estudos deverão conter a análise econômica da modalidade de contratação do empreendimento mais vantajosa para o Poder Concedente, considerando os aspectos de custo-benefício, custos de oportunidade, "Value for Money", dentre outros.

O estudo de viabilidade financeira deverá incluir projeções na forma de um modelo financeiro detalhado. Uma cópia eletrônica em formato MS Excel do modelo deverá ser disponibilizada incluindo sua formulação matemática, vínculos e macros de forma aberta, passível de verificação.

7.6.2. Os Estudos deverão seguir as práticas contábeis e fiscais vigentes à época da preparação do modelo.

7.6.3. O modelo financeiro deverá claramente mostrar as premissas que embasaram os Estudos, incluindo, sem limitação:

- (i) premissas macroeconômicas e financeiras;
- (ii) avaliação e justificativa para a taxa interna de retorno (TIR) adotada;
- (iii) premissas fiscais e tributárias;
- (iv) descrição da estrutura de capital (próprio e de terceiros);
- (v) descrição do tipo de dívida e dos instrumentos financeiros utilizados (ponte e/ou longo prazo, sênior e/ou subordinada, empréstimos bancários, utilização de valores mobiliários, melhorias de créditos, hedge etc.), montante, prazo e condições;
- (vi) cronograma físico-financeiro detalhado dos investimentos, por etapa e por fase de implantação, caso

haja, incluindo os prazos para obtenção das licenças de instalação e operação, se aplicável;

- (vii) todas as fontes de receita;
- (viii) premissas para projeção de capital de giro;
- (ix) custos e despesas;
- (x) premissas para a recuperação do investimento por parte dos acionistas ao longo do prazo da concessão (distribuição de dividendos, redução de capital etc.);
- (xi) indicadores de desempenho e percentual vinculado à contraprestação.

7.6.4. Os principais resultados do modelo financeiro deverão incluir:

- (i) contraprestação pública (destacando-se eventual "Aporte", nos termos do artigo 6º da Lei Federal nº 11.079/2004, alterado pela Lei Federal nº 12.766/2012);
- (ii) Taxa Interna de Retorno do projeto e do Equity (TIR);
- (iii) alavancagem financeira máxima;
- (iv) produção de indicadores a exemplo de exposição máxima, custo médio ponderado de capital (WACC), payback etc.;
- (v) Índice de Cobertura dos Serviços de Dívida (ICSD) anual e médio;
- (vi) avaliação e justificativa para o prazo de concessão adotado;
- (vii) ano do primeiro retorno de Equity;
- (viii) primeiro e último ano de pagamento das dívidas;
- (ix) outras que se julgar necessárias.

7.6.5. O modelo financeiro deverá incluir as seguintes planilhas:

- (i) painel de controle (sumário);
- (ii) premissas;
- (iii) demonstração de fluxo de caixa;
- (iv) demonstração de resultados de exercício;
- (v) balanço patrimonial;
- (vi) termos e condições de financiamento;
- (vii) investimentos e manutenções periódicas;
- (viii) custos de operação e manutenção;

- (ix) análises de sensibilidade;
- (x) quadro de usos e fontes de recursos, ano a ano;
- (xi) outras que se julgar necessárias.

7.6.6. Os Estudos deverão expressar todos os valores em reais (R\$) constantes, além de considerar a Norma Contábil e o Regime Fiscal vigentes no País.

7.7. Avaliação de impacto e risco

7.7.1. Como parte dos Estudos, deverá ser apresentada matriz de riscos e respectivos mecanismos de mitigação e penalizações. Deverá também ser sugerida estrutura de garantias a serem providas pelos parceiros público e privado. Ainda como parte da estratégia de mitigação de riscos, deverá ser proposto Plano de Seguros a ser adotado pelo futuro concessionário.

7.8. Análise da fundamentação legal

7.8.1. Os interessados deverão sugerir alternativas de modelagem jurídica e formas de contratação, considerando o modelo sugerido no presente Edital. A sugestão da modalidade de contratação deverá estar embasada em avaliação jurídica da viabilidade de modelos institucionais alternativos ou complementares para o financiamento e a implantação do projeto, identificando suas implicações para o modelo de PPP.

7.8.2. A modelagem jurídica deverá detalhar as responsabilidades do parceiro público e do futuro concessionário, deixando claro, quais riscos serão assumidos por cada uma das partes.

7.8.3. Os Estudos deverão ainda apresentar análise dos aspectos tributários do modelo de contratação escolhido, bem como abordar diretrizes regulatórias (municipais e federais), ambientais, de zoneamento e outros aspectos de natureza jurídico-regulatória aplicáveis ao projeto.

7.8.4. Por fim, deverão ser detalhadas as diretrizes para elaboração das minutas de edital e contrato, materializadas com a apresentação de sugestão de minuta de edital e de contrato, com os devidos anexos.

7.8.5. Os interessados deverão obrigatoriamente contemplar a totalidade dos produtos exigidos neste PMI, bem como no termo autorizativo para o início dos estudos, sendo expressamente vedada a apresentação de estudos que apresentem o conteúdo mínimo solicitado de forma incompleta.

7.8.6. Na hipótese de serem considerados que os

Estudos entregues: (i) estão incompletos; ou (ii) foram entregues parcialmente; será concedido prazo adicional e improrrogável de 15 (quinze) dias para a reapresentação dos itens identificados. Não sendo regularizadas as faltas, o autorizado será desclassificado e os estudos desconsiderados, não fazendo jus ao recebimento de qualquer quantia a título de ressarcimento, nos termos do presente Edital e legislação pertinente.

8. SELEÇÃO DOS ESTUDOS

8.1. Os Estudos apresentados serão avaliados por grupo técnico definido pelo Secretário de Planejamento e Transporte, considerando os critérios relativos à consistência das informações que subsidiaram sua realização, à compatibilidade com técnicas previstas em normas e procedimentos pertinentes, bem como sua adequação à legislação aplicável, ao Termo de Autorização e aos benefícios de interesse público esperados, além das inovações, das melhorias e das alternativas propostas.

8.2. Os Estudos a serem eventualmente selecionados poderão ser objeto de aproveitamento total ou parcial de seu conteúdo, hipótese em que o ressarcimento será proporcional às informações efetivamente utilizadas.

8.2.1. Os Estudos são feitos por conta e risco do interessado, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento ou questionamento na hipótese de não utilização dos Estudos apresentados.

8.3. Os critérios para avaliação e seleção dos projetos, levantamentos, investigações e estudos serão especificados no edital de chamamento público e considerarão:

(i) a observância de diretrizes e premissas definidas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Transporte;

(ii) a consistência e a coerência das informações que subsidiaram sua realização;

(iii) a adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, e a utilização de equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;

(iv) a compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as normas técnicas emitidas pelos órgãos e pelas entidades competentes;

(v) a demonstração comparativa de custo e benefício da proposta do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes;

(vi) o impacto socioeconômico da proposta para o empreendimento, através da avaliação do resultado efetivo na análise do Value for Money.

8.4. Nenhum dos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados vincula a Administração Pública; cabendo aos seus órgãos técnicos e jurídicos avaliar, opinar e aprovar a legalidade, a consistência e a suficiência dos projetos, levantamentos, investigações e estudos eventualmente apresentados.

8.5. Os projetos, levantamentos, investigações e estudos poderão ser rejeitados:

(i) parcialmente, caso em que os valores de ressarcimento serão apurados apenas em relação às informações efetivamente utilizadas em eventual licitação; ou

(ii) totalmente, caso em que, ainda que haja licitação para contratação do empreendimento, não haverá ressarcimento pelas despesas efetuadas.

8.6. Na hipótese do grupo técnico entender que nenhum dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados atenda satisfatoriamente à autorização, não selecionará qualquer deles para utilização em futura licitação, caso em que todos os documentos apresentados poderão ser destruídos se não forem retirados no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação da decisão.

9. CUSTOS PREVISTOS PARA OS ESTUDOS E VALOR MÁXIMO DE REEMBOLSO

9.1. Os interessados serão responsáveis pelos custos financeiros e demais ônus decorrentes de sua participação no PMI, não fazendo jus a qualquer espécie de ressarcimento, indenizações ou reembolsos por despesa incorrida, nem a qualquer remuneração pelo órgão ou entidade solicitante.

9.2. Os Estudos que venham a ser selecionados, no todo ou em parte, como subsídios para a definição e estruturação do projeto final, terão seus custos reembolsados pelo licitante vencedor do eventual certame, desde que devidamente comprovados por meio da apresentação das notas fiscais de pagamento, nos termos de previsão expressa do edital da respectiva licitação, nos termos do art. 21, da Lei Federal no 8.987/95.

9.3. Os valores de reembolso limitar-se-ão aos valores comprovados pelo interessado e avaliados pela Secretaria

Municipal de Planejamento e Transporte.

9.4. Fica expressamente determinado que o Município Estância Turística de Avaré não arcará com qualquer custo ou ressarcimento relativo à remuneração prevista neste Edital, a qualquer dos participantes interessados e autorizados, devendo esses custos, em caso de aproveitamento dos estudos apresentados, serem ressarcidos ao autor unicamente pela licitante vencedora.

9.5. O valor máximo global dos Estudos não poderá ultrapassar R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

9.6. O valor proposto deve ser a somatória dos produtos especificados nos itens 6 e 7, devendo esse valor ser discriminado por produto na apresentação da proposta.

10. DIREITOS AUTORAIS

10.1. Os Estudos, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres de que trata este PMI, a critério exclusivo do órgão ou entidade solicitante, poderão ser utilizados, total ou parcialmente, na elaboração de editais, contratos e demais documentos referentes ao projeto da PPP pretendida.

10.2. A submissão dos Estudos pelos interessados no âmbito do presente PMI implica na cessão total e irrestrita dos direitos autorais relativos aos Estudos apresentados, não tendo direito a qualquer ressarcimento pela sua não utilização, cabendo o eventual ressarcimento apenas nos termos previstos no item 9 do presente edital.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A participação neste PMI pressupõe conhecimento das condições de execução dos serviços.

11.2. O protocolo do pedido de autorização e a referida autorização confirmam a concordância integral do interessado aos termos do presente Edital.

11.3. Todos os documentos apresentados pelos interessados deverão ser rubricados previamente por seus representantes ou procuradores especialmente constituídos.

11.4. Os documentos que comporão os produtos da PMI deverão ser apresentados em versão impressa, encadernada e, em versão digital (CD-ROM) editável, no prazo e segundo os demais termos fixados neste Edital.

11.5. Não serão aceitos arquivos em qualquer programa que não permita acesso integral ao conteúdo.

11.6. O prazo de entrega dos Estudos será de até 60 (sessenta) dias, contados à partir da autorização para realização dos estudos a ser publicada no Semanário do Município.

11.7. Os documentos que comporão o pedido de autorização deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Planejamento e Transporte no endereço: Rua Rio Grande do Sul, nº 1810 (Centro Administrativo), de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13 às 17h00, no protocolo geral.

11.8. Juntamente com os documentos que comporão as Manifestações, deverá ser entregue o Formulário para qualificação do Interessado, conforme modelo constante do Anexo, devidamente preenchido e assinado.

11.9. Dúvidas ou solicitações poderão ser realizadas por meio de contato através do telefone 3711-2548/3711-2567.

11.10. A autorização para realização dos Estudos não implica, em hipótese alguma, corresponsabilidade do Município da Estância Turística de Avaré perante terceiros, pelos atos praticados pelos autorizados.

11.11. A realização deste procedimento:

a) não implica na instauração futura do procedimento licitatório para a realização do projeto;

b) não condiciona à utilização dos Estudos, ou das propostas, estudos ou levantamentos oferecidos pelo(s) autorizado(s).

11.12. Na hipótese de o Município optar pela realização do Projeto, ou parte dele, através de obra pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, todos os Estudos apresentados serão desconsiderados, de forma a não gerar qualquer forma de impedimento para a eventual participação no certame dos autorizados.

11.13. O(s) autorizado(s) poderá(ão) desistir a qualquer tempo de apresentar ou concluir os Estudos, mediante comunicação, por escrito, ao Município da Estância Turística de Avaré.

11.14. Este PMI poderá ser revogado, em razão de conveniência do Município da Estância Turística de Avaré, ou anulado, sem que gere qualquer tipo de indenização ao interessado.

12. ANEXO

12.1. Integra o presente edital o seguinte anexo:

(i) Anexo- Modelo de Formulário para qualificação do Interessado.

ANEXO - MODELO DE FORMULÁRIO PARA QUALIFICAÇÃO DO INTERESSADO

(em papel timbrado da empresa qualificada)

(Local e data)

À

Secretaria Municipal de Planejamento e Transporte do Município da Estância Turística de Avaré

Ref.: PMI N° 01/2019 - realização de estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, bem como projetos que contenham nível de detalhamento suficiente para a composição do edital de contratação de parceria publico-privada ou outro modelo de concessão que seja economicamente viável para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública no Município de Avaré.

Ilustríssimo Senhor Secretário

[Denominação social da INTERESSADA], [CNPJ/CPF], [área de atuação], [identificação do preposto (cargo e profissão)], [endereço físico completo e eletrônico], [números de telefone e fax]. [ramo de atividade, com identificação de seu preposto (cargo e profissão)], solicita autorização para elaboração dos estudos objeto do Edital de PMI no 001/2019 e DECLARA:

a) Renunciar integralmente aos direitos autorais decorrentes dos Estudos apresentados;

b) Cumprir eventuais solicitações feitas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Transporte do Município da Estância Turística de Avaré, sob pena de desclassificação da proposta.

c) No caso de participação em consórcio, a documentação e informações devem ser prestadas por todos consorciados;

d) Apresentar a comprovação de experiência na realização de projetos, estudos, levantamentos e investigações similares.

e) A detenção de habilitação jurídica compatível com o objeto proposto.

assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da INTERESSADA, ou pessoa

credenciada ou procurador com poderes específicos.